

**HABEAS CORPUS Nº 493.418 - SP (2019/0042641-2)**

**RELATOR : MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK**  
**IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**ADVOGADOS : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**LUÍS CÉSAR ROSSI FRANCISCO - SP227133**  
**IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**PACIENTE : ALLAN SANTOS DO PRADO**

**DECISÃO**

Trata-se de *habeas corpus* substitutivo de recurso próprio, com pedido de liminar, impetrado em benefício de ALLAN SANTOS DO PRADO contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.

Consta dos autos que o paciente foi condenado, em primeiro grau, a 4 anos e 2 meses de reclusão, em regime inicialmente fechado, pela prática do delito de tráfico de drogas (art. 33, § 4º, da Lei n. 11.343/06). Ambas as partes apelaram. O Tribunal a quo proveu apenas o recurso da acusação para aumentar a pena-base e afastar a incidência do § 4º, fixando a pena em 5 anos e 10 meses de reclusão (Recurso n. 1511527-89.2016.8.26.0590).

Daí o presente *writ*, no qual a impetrante afirma que o acórdão causou *bis in idem* ao utilizar a quantidade de droga para aumentar a pena-base e também afastar a causa de diminuição de pena do § 4º. Sustenta, aliás, a presença de todos os requisitos para que essa minorante seja aplicada no patamar máximo (2/3). Além disso, alega que o regime fechado não possui fundamentação idônea.

Assim, requer a redução da pena, a alteração do regime prisional e a substituição da pena por restritivas de direitos. Em liminar, busca a concessão ao paciente do direito de aguardar em regime aberto.

É o relatório.

Decido.

Diante da hipótese de *habeas corpus* substitutivo de recurso próprio, a impetração sequer deveria ser conhecida. Porém, considerando as alegações expostas na inicial, razoável o processamento do feito para verificar a existência de eventual constrangimento ilegal.

No caso, ao menos em juízo perfunctório, não é possível identificar de

plano o constrangimento ilegal aventado ou, ainda, a presença do *fumus boni iuris* e do *periculum in mora*, elementos autorizadores para a concessão da tutela de urgência.

Por tais razões, **indefiro o pedido de liminar**.

Ouça-se o Ministério Público Federal.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília, 14 de fevereiro de 2019.

MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK

Relator

